



Processo nº	:	8.862-5/2016
Principal	:	PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCIARA
Assunto	:	TOMADA DE CONTAS ORDINÁRIA.
Autor	:	ENERGISA MATO GROSSO – DISTRIBUIDORA DE ENERGIA
Representado	:	FAUSTO AQUINO DE AZAMBUJA FILHO –Prefeito Municipal
Relator	:	Conselheiro GUILHERME ANTONIO MALUF.
Equipe	:	Luiz Eduardo Corrêa de Oliveira- Auditor Público Externo.

Senhor Secretário,

1. INTRODUÇÃO

Trata-se de Tomada de Contas Ordinária, proposta pela empresa Energisa Mato Grosso – Distribuidora de Energia S/A, em desfavor da Prefeitura Municipal de Luciara, noticiando o inadimplemento das faturas mensais de consumo de energia elétrica, acumulando débitos desde novembro de 2015.

Por meio da Decisão Singular (documento digital nº 155125/2018), o Conselheiro Relator converteu a Representação de Natureza Externa em **Tomada de Contas Ordinária**, nos termos do artigo 230 c/c artigos 156 e 157 do Regimento Interno TCE/MT, **para apurar e quantificar o valor do dano ao erário.**

Após, foi realizada análise técnica (documento digital 18774/2018), que concluiu pela solicitação de documentos junto a Prefeitura Municipal de Luciara.

Conforme Ofício nº 1352/2018 (documento digital nº 209082/2018) o Prefeito Municipal de Luciara foi notificado a apresentar os documentos mencionados no relatório técnico, e os respectivos documentos foram enviados conforme documento digital nº 237933/2018.

2. ANÁLISE TÉCNICA



Nos autos pode-se verificar que o município de Luciara firmou três contratos de confissão e parcelamento de dívida de energia elétrica com a Energisa/MT, que são do período de novembro de 2015 a janeiro de 2018, num montante de dívida na ordem de R\$ R\$ 877.703,35 (Consumo normal + juros + multas + correções) conforme segue:

1. Contrato de Confissão e Parcelamento de Dívida de Energia Elétrica nº 113897/008/2016/CRPP/ENERGISA MT, firmado em 01 de julho de 2016 (Documento Digital nº 253389/2017 fls. 10 a 12).
2. Contrato de Confissão e Parcelamento de Dívida de Energia Elétrica nº 007/2018/DESC/ENERGISA MT, firmado em 28 de fevereiro de 2018 (Documento Digital nº 237933 fl. 514 a 517).
3. Contrato de Confissão e Parcelamento de Dívida de Energia Elétrica nº 008/2018/DESC/ENERGISA MT, firmado em 28 de fevereiro de 2018 (Documento Digital nº 237933 fl 532 a 535)

Na forma dos respectivos contratos, constata-se que o pagamento em atraso dos débitos de energia elétrica acarretou a incidência de multa, juros de mora e correção monetária, registrado no Contrato de parcelamento alcançaram o valor de R\$ 169.151,82.

Realiza-se a seguir a demonstrativo de cada contrato de parcelamento com os respectivos registros de multas, juros e correção monetária e pagamentos tendo por base os informes do APLIC e documentos enviados por solicitação deste Tribunal de Contas na forma do documento digital nº 237933/2018:

2.1. Contrato de Confissão e Parcelamento de Dívida de Energia Elétrica nº

C:\Users\luiz\AppData\Local\Temp\562865A61841EBD2E908094F5FB66C2E.odt



**113897/008/2016/CRPP/ENERGISA MT, firmado em 01 de julho de 2016
(Documento Digital nº 253389/2017 fls. 10 a 12)**

Conforme esse Contrato, o parcelamento dos débitos pendentes de pagamento de energia elétrica remontam o período de novembro de 2015 a junho de 2016 (Termo de parcelamento Doc. Digital 253389/2017 fls. 10 a 12). As composições de acréscimos mês a mês são devidos e encontram-se registradas conforme Documento Digital nº 253389/2017- fls. 15 a 16.

O Termo de Contrato de parcelamento foi subscrito pelo Prefeito Sr. Fausto Aquino de Azambuja Filho, gestão 2013/2016 (Doc. Digital nº 253389/2017 fl. 18 e 23).

O Valor total do parcelamento corresponde a R\$ 187.470,00, composto conforme quadro que segue:

Demonstrativo nº I (documentos digitais 253389/2017 fl. 13)

Emissão (Valor das contas de energia não pagas)	Juros	Multas	Correção	Juros cláusula 4ª	Total
173.528,48	5.402,84	3.460,33	2.765,84	2.312,51	187.470,00

Valor de Juros, Multa e Correção: R\$ 11.629,01 (Cláusula 1ª do contrato) + Juros até pagamento: R\$ 2.312,51 (Cláusula 4ª do contrato de parcelamento).

Totalizando R\$ 13.941,52

Forma de Pagamento contratada do valor de R\$ R\$ 187.470,00:

- a) 01 parcela de R\$ 31.500,00 com vencimento em 11/07/2016.
- b) 05 parcelas de R\$ 31.194,00 mensais e consecutivas, já acrescidas de juros à taxa de 0,5% a.m. a partir de agosto de 2016 até dezembro de 2016 (Cláusula 4ª do Contrato).

Com a efetivação do termo de parcelamento consumou-se o **prejuízo ao erário** na data do parcelamento (01.07.2016) na ordem de R\$ 13.941,52 entre juros,



multa e correção, conforme demonstrativo nº I.

Conforme APLIC, em 2016, foi empenhado e pago a Rede Cemat o montante de R\$ 45.220,81. Em virtude da notificação realizada por meio do Ofício nº 1352/2018 (Documento Digital nº 209082/2018), foram enviados notas de empenho, ordens de pagamentos, faturas de consumo, termos contrato de parcelamento, que permitiram a seguinte análise:

Demonstrativo II

NE	DATA NE	OP	DATA OP	Valor (R\$)	Discriminação
175	4/2/2016	339	04/02/2016	7.430,97	Doc. Digital 237933 (fls. 08 a 10), não corresponde estes documentos a este parcelamento e período analisado.
3054	8/7/2016	3394	8/7/2016	6.289,94	Doc. Digital 237933 (fls. 11 a 13), não refere-se esta despesa a pagamento de parcelamento, mas consumo normal de energia.
3055	1/7/2016	3393	8/7/2016	31.500,00	Doc. Digital 237933 (fls. 14 a 16), refere-se a despesa com este parcelamento, ao que tudo indica a 1ª parcela.)
			Total	45.220,91	

Conforme observa-se no demonstrativo, apenas a despesa da Nota de Empenho 3055, corresponde ao parcelamento, e ao que tudo indica, conforme informações do APLIC e Documento Digital nº 237933 (fls. 14 a 16), **apenas a primeira parcela foi quitada no valor de R\$ 31.500,00, as 05 parcelas restantes cada uma no valor de R\$ 31.194,00 não foram quitadas.**

2.2 Contrato de Confissão e Parcelamento de Dívida de Energia Elétrica nº 007/2018/DESC/ENERGISA MT, firmado em 28 de fevereiro de 2018 (Documento Digital nº 237933 fl. 514 a 517)

Conforme esse Contrato, o parcelamento dos débitos pendentes de pagamento de energia elétrica remontam o período de agosto de 2016 a julho de 2017 (Termo de parcelamento Doc. Digital 237933/2018 fls. 515/517). As composições de acréscimos

C:\Users\luiz\AppData\Local\Temp\562865A61841EBD2E908094F5FB66C2E.odt



mês a mês são devidos conforme Documento Digital nº 237933/2018- fls. 521 a 529).

O Termo de Contrato de parcelamento foi subscrito pelo Prefeito Sr. Fausto Aquino de Azambuja Filho, gestão 2017/2020.

O Valor total deste parcelamento corresponde a R\$ 564.206,58, composto conforme quadro que segue:

Demonstrativo nº III (Documento Digital 237933 fl. 519)

Emissão (Valor das contas de energia não pagas)	Juros	Multas	Correção	Juros clausula 4ª	TOTAL
422.196,40	61.716,96	8.423,82	3.733,92	68.135,48	564.206,58

Valor de Juros, Multa e Correção: R\$ 73.874,70 (Clausula 1ª do contrato) + Juros até pagamento R\$ 68.135,48 (Cláusula 4ª do contrato).

Totalizando R\$ 142.010,18

Forma de Pagamento contratada do valor de R\$ 564.206,58

a) 60 parcelas de R\$ 8.234,43 entre março de 2018 até fevereiro de 2023.

b) 01 parcela de R\$ 70.140,78 com vencimento em março de 2023.

Portanto, do valor das contas de energia elétrica não pagas de R\$ 422.196,40, levaram a um acréscimo de juros, multas e correção monetária no valor de R\$ 142.010,18.

No exercício de 2017 conforme APLIC, e documentos enviados (Documento Digital 237933 fls. 17 a 59), foi empenhado e pago a Rede- Centrais Elétricas Matogrossenses o montante de R\$ R\$ 32.285,99. Em virtude da notificação realizada por meio do Ofício nº 1352/2018 (Documento Digital nº 209082/2018), foram enviados notas de empenho, ordens de pagamentos, faturas de consumo, termos de contrato de parcelamento, que permitiu verificar que dentre esses pagamentos, não consta nenhum originário de parcelamento de débitos, mas correspondem a pagamento de consumo ordinário de energia elétrica.



No exercício de 2018

Dos documentos enviados após notificação deste Tribunal pelo Ofício nº 1352/2018 (Doc. Digital nº nº 209082/2018), os documentos (Documento Digital 237933/2018 fls.60 a 96), comprovam pagamento do parcelamento com a Energisa, Contrato nº 007/2018 R\$ 56.554,98,38, conforme respectivas Ordens de Pagamento:

Documentos enviados (Doc. Digital nº 237933/2018 fls. 66 a 96)

Nota de Empenho nº 277 de 28/12/2018 R\$ 130.000,00

OP nº 581 de 29.03.2018	R\$ 8.234,43	folhas. 66 (parcela 2)
OP nº 2586 de 18/05/2018	R\$ 8.234,43	folhas. 72 (parcela 4)
OP nº 2587 de 03/07/2018	R\$ 8.234,43	folhas. 76 (parcela 5)
OP nº 2589 de 23/07/2018	R\$ 23.617,26	folhas. 90 (parcela 7)
OP nº 2591 de 19/09/2018	R\$ 8.234,43	folhas. 96 (parcela 9)
Total	R\$ 56.554,98	

No APLIC (até carga de novembro de 2018) constam os seguintes pagamentos:

3599/2018	29/03/2018	8.234,43
3601/2018	16/05/2018	8.234,43
3602/2018	03/07/2018	8.234,43
3607/2018	23/08/2018	8.234,43
3608/2018	23/08/2018	8.234,43
3610/2018	19/09/2018	8.234,43
3612/2018	10/10/2018	8.234,43
5861/2018	16/11/2018	8.234,43
Total		R\$ 65.875,44

Da composição constante do demonstrativo III (retro transcrito), juros e multas no valor de R\$ 70.140,78 (61.716,96 + 8.423,82= 70.140,78) serão pagos somente em



março de 2023, conforme item “b” da cláusula segunda do contrato de parcelamento.

Dos documentos digitais 237933 de fls. 97 a 509 constam pagamentos a Rede-Centrals Elétricas Mato-grossenses realizados em 2018, que correspondem às contas dos consumos mensais de 2018, não se refere a valores de parcelamento de débitos.

2.3. Contrato de Confissão e Parcelamento de Dívida de Energia Elétrica nº 008/2018/DESC/ENERGISA MT, firmado em 28 de fevereiro de 2018 (Documento Digital nº 237933 fl 532 a 535)

Conforme esse Contrato, o parcelamento dos débitos pendentes de pagamento de energia elétrica remontam o período de agosto de 2017 a janeiro de 2018 (Termo de parcelamento Doc. Digital 237933/2018 fls. 533/535). As composições de acréscimos mês a mês são devidas conforme Documento Digital nº 237933/2018- fls. 537 a 539.

O Termo de Contrato de parcelamento foi subscrito pelo Prefeito Sr. Fausto Aquino de Azambuja Filho, gestão 2017/2020.

O Valor total do parcelamento corresponde a R\$ 126.026,77, composto conforme quadro que segue:

Demonstrativo nº IV (Documento Digital 237933 fl. 536)

Emissão (Valor das contas de energia não pagas)	Juros	Multas	Correção	Juros clausula 4ª	Total
112.826,65	3.058,80	1.952,77	1.506,17	6.682,38	126.026,77

Valor de Juros, Multa e Correção: R\$ 6.517,74 (Clausula 1ª do contrato) + Juros até pagamento: R\$ 6.682,38 (Cláusula 4ª do contrato de parcelamento).

Totalizando R\$ 13.200,12

Forma de Pagamento contratada do valor de R\$ 126.026,77

a) 01 parcela de R\$ 40.000,00 com vencimento em 12/03/2018

b) 34 parcelas de R\$ 2.382,80 a partir de Março/2018 até Dezembro/2020.



c) 01 parcela no valor de R\$ 5.011,57 com vencimento em janeiro de 2021.

Portanto, do valor das contas de energia elétrica não pagas de R\$ 122.826,65, levaram a um acréscimo de juros, multas e correção monetária no valor de R\$ 13.200,12.

No exercício de 2018

Referente ao APLIC, o município enviou parcialmente até a Carga mensal de novembro (11/04/2019). Os documentos enviados (doc. digital 237933 fls.60 a 96), comprovam pagamento do parcelamento com a Energisa referente ao Contrato nº 008/2018 de R\$ 47.148,40, conforme respectivas Ordens de Pagamentos:

Documentos enviados (doc. digital 237933 fls.60 a 96)

Nota de Empenho nº 277 de 28/12/2018 R\$ 130.000,00

OP nº 580 de 01.03.2018	R\$ 40.000,00	folhas . 63 (parcela 1)
OP nº 2465 de 28.03.2018	R\$ 2.382,80	folhas. 69 (parcela 3)
OP nº 2588 de 03/07/2018	R\$ 2.382,80	folhas. 79 (parcela 6)
OP nº 2590 de 06/09/2018	R\$ 2.382,80	folhas. 93 (parcela 8)
Total	R\$ 47.148,40	

No APLIC (até carga de novembro 2018) constam os seguintes pagamentos:

3598/2018	01/03/2018	40.000,00
3600/2018	28/03/2018	2.382,80
3603/2018	03/07/2018	2.382,80
3604/2018	23/08/2018	2.382,80
3605/2018	23/08/2018	2.382,80
3606/2018	23/08/2018	2.382,80
3609/2018	06/09/2018	2.382,80
3611/2018	10/10/2018	2.382,80
5861/2018	16/11/2018	2.382,80

C:\Users\luiz\AppData\Local\Temp\562865A61841EBD2E908094F5FB66C2E.odt



Total R\$ 59.062,40

Da composição constante do demonstrativo IV (retro transcrito), juros e multas (3.058,80+ 1.952,77= 5.011,57) serão pagos somente em **janeiro de 2021**, conforme item “c” da cláusula segunda do contrato de parcelamento.

Este fatos resultam na seguinte irregularidade:

1) Realização de despesas consideradas não autorizadas, irregulares e lesivas ao erário, ilegais e/ou ilegítimas. JB01

Dispositivo Normativo:

Art. 15 da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF), art. 4º da Lei nº 4.320/64 e art. 37, caput da CF/88.

1.1. Não pagamento das faturas de energia elétrica no período de novembro de 2015 a janeiro de 2018 e o consequente parcelamento de débitos, resultando na realização de despesas impróprias e dano ao erário no montante de R\$ 169.151,82. JB01

Responsável: **FAUSTO AQUINO DE AZAMBUJA FILHO** – Ordenador de Despesas

Conduta do Responsável:

Deixar de adimplir as faturas de energia elétrica de novembro de 2015 a janeiro de 2018, dando causa a despesas impróprias, irregulares e ou aplicação antieconômica de recursos públicos (juros de mora, multa e correção monetária).

Nexo de Causalidade do Responsável:

O custeio de despesas com juros e multas resultou na realização de despesas impróprias e via de consequência, dano ao erário no montante de R\$ R\$ 169.151,82.

Culpabilidade do Responsável:

Seria elementar que o gestor se atentasse para as normas da legislação vigente, inclusive a Súmula deste Tribunal de Contas nº 01/2013, que pacifica o entendimento



Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO

SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO
DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Telefones: (65) 3613-7586 / 7584

e-mail: secex-municipal@tce.mt.gov.br

quanto ao processamento dessa despesa imprópria.

2) Realização de despesas consideradas não autorizadas, irregulares e lesivas ao erário, ilegais e/ou ilegítimas. JB01

Dispositivo Normativo:

Art. 15 da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF), art. 4º da Lei nº 4.320/64 e art. 37, caput da CF/88.

1.1. Não pagamento das faturas de energia elétrica no período de novembro de 2015 a janeiro de 2018 e o consequente parcelamento de débitos, resultando na realização de despesas impróprias e dano ao erário no montante de R\$ 169.151,82. JB01

Responsável: **NERI FLORENÇO ATAYDES** – Secretário de Finanças e Planejamento.

Conduta do Responsável:

Deixar de adimplir as faturas de energia elétrica de novembro de 2015 a janeiro de 2018, dando causa a despesas impróprias, irregulares e ou aplicação antieconômica de recursos públicos (juros de mora, multa e correção monetária).

Nexo de Causalidade do Responsável:

O custeio de despesas com juros e multas resultou na realização de despesas impróprias e via de consequência, dano ao erário no montante de R\$ R\$ 169.151,82.

Culpabilidade do Responsável:

Seria elementar que o gestor se atentasse para as normas da legislação vigente, inclusive a Súmula deste Tribunal de Contas nº 01/2013, que pacifica o entendimento quanto ao processamento dessa despesa imprópria.

3. CONCLUSÃO



Considerando os termos desta Tomada de Contas Ordinária que apontou fato irregular com a responsabilização e valoração do respectivo dano causado ao município de Luciara, em observância ao princípio do contraditório e da ampla defesa assegurado pelo artigo 5º, inciso LV da Constituição Federal/88, sugere-se as citações dos responsáveis, como abaixo identificado, com base no art. 256, § 1º do Regimento Interno do TCE/MT, para que se manifestem quanto a irregularidade elencada nos autos, sob pena de revelia e/ou confissão.

1.FAUSTO AQUINO DE AZAMBUJA FILHO – Ordenador de Despesas- Prefeito Municipal/ Período de 01.01.2013 a 15/04/2019

1) JB 01 DESPESAS GRAVE_01. Realização de despesas consideradas não autorizadas, irregulares e lesivas ao patrimônio público, ilegais e/ou ilegítimas (art. 15 da Lei Complementar nº 101/2000, art. 4º da Lei nº 4.320/64)

1.1. Não pagamento das faturas de energia elétrica no período de novembro de 2015 a janeiro de 2018 e o consequente parcelamento de débitos, resultando na realização de despesas impróprias e dano ao erário no montante de R\$ 169.151,82. JB01

2.NERI FLORENCO ATAYDES – Secretário de Finanças e Planejamento/ Período de 01.01.2013 a 15/04/2019

1) JB 01 DESPESAS GRAVE_01. Realização de despesas consideradas não autorizadas, irregulares e lesivas ao patrimônio público, ilegais e/ou ilegítimas (art. 15 da Lei Complementar nº 101/2000, art. 4º da Lei nº 4.320/64)

1.1. Não pagamento das faturas de energia elétrica no período de novembro de 2015 a janeiro de 2018 e o consequente parcelamento de débitos, resultando na realização de despesas impróprias e dano ao erário no montante de R\$ 169.151,82. JB01

É a informação que se submete à consideração superior.



Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO

**SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO
DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL**

Telefones: (65) 3613-7586 / 7584

e-mail: secex-municipal@tce.mt.gov.br

Secretaria de Controle Externo de Administração Municipal do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso.

Cuiabá-MT, 11 de março de 2019.

Luiz Eduardo Corrêa de Oliveira
Auditor Público Externo



Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO

**SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO
DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL**

Telefones: (65) 3613-7586 / 7584

e-mail: secex-municipal@tce.mt.gov.br

ANEXOS

Anexo 1 – Dados Gerais

Quadro 1.1. – Responsável: **FAUSTO AQUINO DE AZAMBUJA FILHO- PREFEITO**

NOME	CARGO	PERÍODO	RG	CPF	ENDEREÇO	E-MAIL/FONE
FAUSTO AQUINO DE AZAMBUJA FILHO	ORDENADOR DE DESPESAS - PREFEITO MUNICIPAL	01.01.2013 a 31.12.2020	11544147	70736995153	AVENIDA ARAGUAIA, 339 CENTRO, 78660000 Luciara-MT	fausto_licitacao@hotmail.com (66)8449-2140

Quadro 1.1. – Responsável: **NERI FLORENÇO ATAYDES – Secretário de Finanças e Planejamento**

NOME	CARGO	PERÍODO	RG	CPF	ENDEREÇO	E-MAIL
NERI FLORENÇO ATAYDES	Secretário de Finanças e Planejamento	01.01.2013 a 15/04/2019	1010983 SSP/GO	232.910.011-68	AVENIDA ARAGUAIA, 422 CENTRO, 78660000 Luciara-Mt	neriataydes@hotmail.com